O Irão fica ao lado

Doutor
André Sopas de Mello Bandeira

O Artigo liga o Irão e o Afeganistão como elementos base de um mesmo contexto geopolítico, no qual a NATO tem muito a jogar. As análises simplistas do Irão devem ser evitadas e a recente eleição constitucional de um dirigente radical, Mahmud Amahdinejad, para Presidente deste país deve ser entendida com um aviso contra formas menos reflectidas de transformar o mundo, especialmente iniciando um processo naquela área. Os interesses geopolíticos do Irão são complexos, maleáveis e constantes. Mas este país tem objectivamente tudo a ganhar com a estabilidade no seu vizinho Afeganistão, bem como todos os actores internacionais. Para isso, deve colaborar, mesmo indirectamente, com a NATO.

Com os olhos postos em Teerão

O Irão afigura-se, assim, crucial na resolução do conflito no Médio Oriente onde permanece um conflito israelo-palestiniano que deixou de ser israelo-árabe. Contudo, os mísseis Shahab-3, modelados sobre os norte-coreanos Nodong, são exibidos nas paradas dos Guardas da Revolução, em Teerão, com escritos odiosos contra Israel, como naquela que desfilou em 21 de Setembro de 2003. E o Irão não é árabe.

Tampouco o é o Afeganistão, povoado maioritariamente pela etnia Pashtun, afim da maioria da população do Norte do Paquistão. Que papel tem o Afeganistão em toda esta conjuntura? Será pertinente considerá-lo como apenas o primeiro lance duma peça no jogo do dominó ocidental na região asiática, situada entre a Rússia, a Europa e a China? Uma espécie de lance numa reedição do "Great Game" da Ásia Central, durante o séc.XIX, em que o Império britânico tentava segurar as rotas terrestres para a Índia e impedir o acesso da Rússia a águas tépidas? Se assim fosse, o Iraque constituíria a segunda peça, jogada talvez de um modo mais rude, mas o objectivo permaneceria o mesmo, como um dia foi perfilado por Mackinder: dominar a "Heartland do Mundo", ou seja, o espaço asiático.

Isto permite-nos supôr, um pouco atrevidamente, que o conflito no Médio Oriente não

melhorou, ao ser reequacionado como apenas um conflito entre dois povos, balizado pelos Acordos Oslo I e II, primeiro, direccionado pelo *Road map*, depois e enquadrado, mais recentemente, pelo Quarteto. Isto significaria que o conflito do Médio-Oriente se tornou num conflito de civilizações. Ao tempo da declaração Balfour, de 1917, poucos europeus o diriam mas também a única vez que, por exemplo, em Jerusalém, dois povos conviviam em relativa harmonia e equilíbrio (Sergio Romano, historiador e Diplomata italiano fala duma *intifahda* mais antiga) foi no início do último terço do séc. XIX, facto que estava certamente inscrito na memória do Primeiro-Minstro inglês quando, face ao desmoronamento do Império Otomano, encarou a sério, em 2 de Novembro de 1917, a constituição de uma 'jewish homeland".

Como se sabe, Ben Gurion encontrou na Declaração Balfour suficiente base jurídico-internacional para proclamar o nascimento do Estado de Israel.

As recentes iniciativas do "Greater Middle East" da Administração norte-americana e da ICI, da NATO, lançada na Cimeira de Istambul, não parecem incluir abertamente o Irão, nem lhe dar, diplomaticamente, uma série de seguranças negativas, no sentido de que o que aconteceu no Iraque, não se virá a propagar ao mesmo Irão. O Irão permanece, assim securitáriamente deficitário.

Para quem acha que há um "shatterbelt", símbolo de endémica instabilidade, que começa na Turquia, passa pela Arménia e pelo Azerbeijão e continua pelo Irão, não pode deixar de pensar que esta cintura estala a ponta, depois, pelo Afeganistão e no Paquistão.

O Irão detém cerca de 10% das reservas mundiais conhecidas de Petróleo mas as suas autoridades invocam aquilo que os conselheiros americanos tinham sugerido, na década de 70, a Sharif Emami, então Primeiro-Minstro do Xá Rezha Palevi, e amigo do malogrado Mossadegh, fazendo-o enviar dezenas de estudantes para o Ocidente, a fim de adquirirem "expertise" em energia atómica: poupar as reservas naturais e diversificar o seu programa energético, conforme lhes aconselhara também Morgen Shuster o Conselheiro especial americano do Governo persa[1]. Num país de 66 milhões de pessoas (em 2002) em que 75% da população tem menos de 30 anos, e que se espera chegar a 85 milhões em 2023, o desemprego orça já os 20% e a inflação teima nos dois dígitos. Em matéria de percepção da transparência da respectiva Economia, o Irão ocupa um 78º lugar, a par de países como o Mali ou a Palestina, e como o Líbano[2].

Além disso, o crescimento, em 2003, do PNB iraniano, era de 4,5% e diminuíu em 2004 para 4,4%. Por outro lado, o PNB do Irão, que atingiu 71,9 biliões de USD em 2003, não inspira grande confiança, quando comparado com países como o Egipto (92,4 biliões de USD), a Jordânia (8,3) ou a Arábia Saudita (173, 3) pois é o PNB *per capita* mais pequeno do conjunto. Assim, quando Teerão pretende exercer uma liderança regional, por exemplo, no Golfo Pérsico, a corrente parece ser-lhe adversa.

Por pretextos e razões menos óbvias, o Irão deixou que um membro da sua equipa de negociação com o grupo UE 3 (Alemanha, França e Reino Unido), Sirus Nasseri,

aventasse, em 10 de Novembro de 2004[3], que o seu país se iria retirar do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o qual, nos termos do Artigo 10, prevê uma série de disposições que não isentam o ex-membro de ser responsabilizado por violações cometidas - quando ainda era membro - nomeadamente, do Artigo II ... por exemplo, ao ter-se feito procurar, junto de outros países, meios para um programa de centrifugação nuclear, de carácter militar, que durou ocultamente, desde 1985 a 2002.

Em Agosto de 2003, um relatório confidencial da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) fazia saber que indícios de urânio altamente enriquecido tinham sido encontrados numa instalação iraniana. Informação divulgada por grupos da resistência iraniana (MeK - *mujahedin e Kalk*) que, até recentemente, fora protegida por Saddam Hussein e se encontra agora internada e desarmada pelas tropas da coligação num acantonamento perto de Bagdhad (de onde tem vindo a ser, polemicamente dispersa) dão conta de enriquecimento de urânio, em Natanz e na chamada "Mozdeh Street", perto de Teerão[4]. Fontes da AIEA, em Viena, sustentam que, se o Irão não puder aceder a reservas de urânio, recorrerá inevitavelmente ao plutónio, como já o reconhecera ter feito, em 2002.

Nas instalações de Bushehr, os iranianos contam com apoio russo, sobretudo no aprovisionamento de combustível para a Central, este com um grau baixo de enriquecimento. Por seu turno, partículas de urânio altamente enriquecido foram encontradas pelos inspectores da AIEA, na central de Natanz. Um grupo de exilados ligado ao MeK, acima referido, citando fonte própria do interior do país, declarou que o Irão procedeu ao enriquecimento de urânio recorrendo a técnicas laser, bastante mais difíceis de detectar e carentes de instalações muito mais pequenas. É provável que o processo de enriquecimento, provenha de uma unidade clandestina, mesmo que não se trate da central elétrica de Kalaye (perto de Teerão) a qual voi vedada aos Inspectores, por não fazer parte da lista inicialmente acordada.

Foram encontrados isótopos que poderiam ter sido usados em experiências com metal de urânio, que é conhecido tanto por constituir um componente na construção de ogivas nucleares, bem como por poder ser usado enquanto combustível na gama de reactores *Magnox*, de origem britânica, que deixaram de ser produzidos na década de sessenta. Foi detectado algum material físsil em falta bem como de isótopos (Uf6) que podem ser usados tanto como precursor de enriquecimento, como para produzir metal de urânio, um combustível utilizável para a produção de um engenho atómico militar. Segundo a AIEA, o isótopo Uf5 foi utilizado em testes e vários materiais de reprocessamento foram detectados. O Irão já fizera antes declarações contraditórias relativamente ao seu programa não assumido, entre 1985 e 2002.

Além disso, o então Secretário de Estado, Colin Powell e um agente norte americano, que fizera declarações, sob juramento, a uma comissão especial do Senado dos EUA, em 18 de Novembro de 2002, foram muito claros no sentido de que o Irão estava a construir uma ogiva nuclear e que, até 2015, disporia de um míssil balístico intercontinental com alcance de 1000 a 1500 quilómetros ou seja, capaz de atingir qualquer ponto em Israel,

Istambul ou as bases aéreas britânicas em Chipre. O programa de equipamento míssil começara durante a Guerra com o Iraque, por meio da importação de um centena de Scud-B, originários da Coreia do Norte e, mais tarde, no fim da década de 90, segundo fonte chinesa, de Scud-C, com alcance de 500 Kms. Vieram depois os já referidos Nodong, ao mesmo tempo que empresas russas transferiam tecnologia dos SS-4 passíveis de ser aplicadas àqueles. Os Shahab apareceram assim, pela primeira vez, numa parada militar em 1998, podendo estar a ser já produzida uma versão 5, com alcance de 6000 Km.

Curiosamente, várias fontes indicam que, se há algo que une oposição liberal e autoridades clericais, é que ambas acham que a aquisição de armas nucleares, é um direito, geopolítica e históricamente fundado, do Irão. Confiemos que esta mania da grandeza não é incompatível com o impulso liberal, no qual mais tarde ou mais cedo, qualquer grandeza nacional funda verdadeiramente as suas raízes.

O Irão possuiría também um programa de armas químicas[5], apesar de ter ratificado a *Chemical Weapons Convention* em 1997 e que obrigava ao seu desmantelamento dentro um determinado período de tempo. Contudo, o contínuo esforço no sentido de melhorar as suas unidades de produção de armas químicas, que data da Guerra Irão-Iraque[6], não tem cessado. O Irão fabrica assim elementos hemorrágicos, desfolhantes ou sufocantes, prossegue num programa de investigação de gás nervoso, inclusive no Exterior do território e possuiria dezenas de toneladas de gás-mostarda, fosgénio e agentes de cianido (sendo que a estimativa da sua capacidade produtiva é de cerca de 1000 toneladas por ano a partir fundamentalmente das unidades de Damghan, situadas a 330 Kms, a Leste de Teerão). O estudo de ogivas para transportarem estes elementos, prosseguiria, ininterrupto. Para este tipo de armamento, o Irão necessita, contudo, de fornecedores externos, dos quais talvez o principal, seja a China. Além disso, funcionara também como proliferador e teria aprovisionado a Líbia para o programa químico desta, em 1987.

Em relação às armas biológicas, o Irão, que assinou a BTWC, em 1973, não deixou, por isso, de desenvolver um programa próprio, sobretudo depois das revelações feitas após a primeira Guerra do Golfo, sobre o arsenal disponível pelo Iraque, neste capítulo. Além de beneficiar do baixo custo da respectiva manufacturação, disporia também de cientistas altamente qualificados, bem como de peritos farmacêuticos, desde o tempo do Xá, ou atraíra outros, nomeadamente provenientes da antiga URSS.

As forças convencionais do Irão orçam em mais de meio milhão de homens e pesam em cerca de 2,9 % do PNB. Falta-lhe contudo poder de projecção e dificilmente poderia derrotar, por exemplo, a coligação do Conselho de Cooperação do Golfo, apesar do regime de Teerão manter a ocupação das ilhas de Abu Masa e as ilhas Tumb, Maior e Menor, que se iniciou em 1971, desde a independência dos Emirados Árabes Unidos[7].

Contudo, no que diz respeito aos estreitos de Ormuz, que não excedem os três quilómetros de largura e por onde são transportados cerca de 25% dos fornecimentos

mundiais de crude, o Irão goza de uma posição invejável, a partir da Costa setentrional e, apesar de um dos canais se encontrar nas águas territoriais do Oman, os Guardas da Revolução desenvolveram aí uma eficaz campanha de minagem e acções-surpresa com pequenos barcos patrulha e a partir de numerosas bases defensivas, na costa, durante a chamada "Tanker war' com o Iraque, entre 1984 e 1987. O tráfego mundial de crude, pelos Estreitos, só tenderá a crescer nos próximos anos, pelo que o Irão, apesar da sua fraca capacidade de projecção, dispõe, na zona, de um "gargalo" estratégico.

O caminho passa pelo Iraque

Em relação ao Iraque, o Irão não pode ignorar agora as tropas norte-americanas na sua fronteira, estacionadas sobre um território de onde partiu uma das mais sangrentas guerras que a opinião pública iraniana ainda associa a uma instrumentalização do Iraque, levada a cabo pelo Ocidente. O regime de Teerão sabe que é visado directamente no discurso do 'eixo do Mal', da actual Administração norte-americana, como o fora naquela dos "promotores do Terrorismo", durante os mandatos de Ronald Reagan.

Embora as autoridades de Teerão, se coíbam de exprimir o seu enorme desejo em verem a maioria Shiita dominando, seja qual for o regime em Bagdade e mantenham vínculos estreitos com todos os principais partidos shiitas iraquianos, tanto os serviços secretos (controlados pelos reformistas) como o Conselho dos Guardas da Revolução (comandado pelos conservadores de Khamenei e Rafsanjani) apoiariam vários movimentos armadas no Iraque, mantendo relações estreitas com vários sectores iraquianos como resultou nos casos Ahmed Chalabi (o qual, espantosamente, parece agora ressurgir com um cargo de Ministro do Petróleo) ou Araz Habib[8]. Isso não preclude que Teerão tenha já acenado com um *trade-off* entre certos prisioneiros da Al-Qaeda, detidos no Irão, com membros do esquerdista MeK, atrás referido.

Na realidade, o Irão só enfrenta uma resistência armada na região Leste do Sardasht, provinda do Kongra Gel e, mais recentemente, do PKK. Depois de as autoridades de Teerão terem conseguido dominar as guerrilhas curdas que se haviam intensificado, de 1979 a 1982, as relações com a Turquia têm-se mostrado solidárias, em matéria de anti-terrorismo, de um modo que se formalizou até durante a visita do Primeiro Ministro turco Tayyip Erdogan a Teerão, em 27 de Julho de 2004.

Por outro lado, o Irão continua a prestar um significativo apoio financeiro e logístico ao Hezbollah libanês, o Conselho dos Guardas da Revolução iraniano mantém uma representação permanente no Sul do Líbano e o relatório final sobre o 11 de Setembro concluíu pela existência de fortes indícios no sentido de que o Irão teria facilitado a passagem de futuros operacionais do ataque às Torres gémeas, para dentro e fora do Afeganistão, antes do 11 de Setembro.

O Irão manteve historicamente um campo de treino para actividades terroristas em Mashad[9] por onde passaram operacionais da Al Qaeda, do Hezbollah libanês, da Jihad

islâmica palestiniana e de vários outros grupos salafistas.

Destino: Cabul

A situação no Afeganistão não é brilhante mas permanence prometedora. A adopção de uma Constituição, em termos democráticos e a eleição regular de Hamid Karzai como Presidente da República, a introdução de uma nova moeda, o *afghani*, a reestruturação, em obra, do sistema judiciário e a constituição de um Exército e Polícia nacionais, são tudo primícias abundantes para as eleições parlamentares de Abril. As dezasseis *Provincial Reconstruction Teams,* postas em acção pela ISAF (*International Security Assistence Force*, reconhecida pela resolução n. 1386, de 20 de Dezembro de 2001, do Conselho de Segurança da ONU) hoje liderada pela NATO, são ainda insuficientes, movem-se com dificuldade, num dos países mais ensombrados pelo flagelo das minas anti-pessoais, envolvem poucos colaboradores afegãos e reduzem-se à escassa dimensão de Companhia, como foi referido acima.

Por outro lado, os Governadores provinciais e autoridades municipais, nomeados pelo Presidente, dificilmente conseguem restringir o poder aos 'senhores da guerra' que continuam a armar (calcula-se em cerca de 70 000, o número de armas ligeiras em circulação no país) e a recrutar, em condições comparativamente mais vantajosas que as das Forças Armadas regulares, milícias privadas difíceis de dissolver. Alguns destes, como Abdurrashid Dostum ou Atta Mohammad, permanecem impunes por vários massacres cometidos antes e depois da queda do regime Taliban[10]. Acima de tudo, uma economia essencialmente agrícola, fundada na produção de matéria-prima base para o tráfico de estupefacientes, a papoila do ópio, tem aumentado enormemente desde a queda do regime Taliban. Isto, apesar de apenas 12% do território afegão ser arável e, deste, apenas cerca de 6% estar efectivamente a ser cultivado. Além disso, os senhores da Guerra sabem que a base de apoio popular de que dispõem deve muito à tranquilidade e florescimento dessa produção.

O tráfico de estupefacientes proveniente do Afeganistão, tem no Irão uma das suas principais etapas, entrando pelas regiões de Khorrasan e Baluchistan na província de Sistan, embora a passagem a Norte, pela Ásia Central, esteja a aumentar a seu caudal nos fluxos gerais. No fim da década de 90, as apreensões de ópio levadas a cabo pelas autoridades iranianas, na região de Khorrasan, chegaram a 40% das apreensões mundiais sendo que aquelas feitas em todo o território do Irão contavam por 85% das efectuadas a nível mundial.

O combate ao tráfico de droga é uma verdadeira Guerra visto que os traficantes se encontram armados com lançadores de granadas e outro equipamento militar sofisticado. Os esforços iranianos de combate ao tráfico envolvem cerca de 30 000 homens, enfrentam regularamente recontros que se podem descrever como verdadeiras batalhas e, por isso, são generosamente subsidiados pela Alemanha, pelo Reino Unido e pela Suíça. A costa iraniana, numa extensão de 2 440 Km, constituti também uma plataforma

de tráfico dificilmente controlável, especialmente na direcção da costa Leste de África e dos Emirados Árabes Unidos.

Por outro lado, os eixos de sintonia China/Paquistão e Rússia/Índia cruzam-se claramente no Afeganistão, embora todos tenham assinado a declaração de Cabul, de 22 de Dezembro de 2002, comprometendo-se a não interferir nos assuntos internos do país e respeitando a soberania do mesmo, nos termos da Resolução n. 1378, de 14 de Novembro de 2002, do Conselho de Segurança. Os cerca de 45% de Pashtuns, entre os quais se recrutaram muitos dos talibans, são culturalmente similares à população do Norte do Paquistão e o Governo de Islamabad conta com esse factor para manter praticável o acesso aos recursos naturais da Ásia Central[11].

Os Tajiques (23%), os Usbeques (8%) e os Turcomanos (cerca de 2%), por outro lado, seguem com atenção os desenvolvimentos dos seus conterrâneos dos antigos países da União Soviética que, com ou sem a CEI, são ainda fortemente influenciados por Moscovo. Por fim, os Hazara (cerca de 10%) olham para o Irão como o possível protector numa Cabul, dominada por uma ou outra etnia, prevalentemente sunita. O Irão apoia e chegou a acolher como exilado Ghulbekyan Hekmatyar, chefe pashtun duma das coligações de resistência anti-soviética e que continuou resistindo aos talibans, nunca tendo verdadeiramente aceite a predominância de Karzai, em Cabul, nem a Aliança do Norte. O Irão apoiou o Governador do Herat, Ismail Khan, que perdeu o comboio das eleições presidenciais, ao ser declarado fora da Lei, pela Administração de Cabul, em Setembro de 2004, depois de persistentemente impedir a entrada das PRT (s) no território que mais ou menos controla, desde a resistência aos soviéticos.

Em Setembro de 2004, quando o Presidente Karzai manteve conversações com o seu homólogo Mohammed Kathami, à margem da cimeira da Conferência islâmica na Malásia, pôde caracterizar as relações iraniano-afegãs como de “bons amigos”.

Conclusão

Seria óbvio concluir que um êxito da reconstrução nacional e estatal no Afeganistão, ajudaria a extirpar o cancro do tráfico de estupefacientes que faz do Irão uma obrigatória estrada para a sua passagem e torna ambos os países interdependentes pelo lado negativo da economia clandestina.

Os factores que poderiam influenciar uma tal solução seriam, paradoxalmente aqueles que as autoridades de Teerão, em parte temem, ou seja: o triunfo de uma fórmula dita “ocidental” de reconstrução nacional que assenta no sufrágio universal multipartidário e no carácter laico do Estado.

Por outro lado, o cerco geoestratégico em que Teerão se sente depende de um frágil equilíbrio entre um programa nuclear nacional, presumivelmente violador (e por muito tempo) de compromissos que são a base da confiança mútua nas relações internacionais,

face ao consentimento de um Poder mundial quanto à Diplomacia esperançosa da União Europeia, na sua fórmula UE 3. Isto pressupõe igualmente um reforço do sistema das Nações Unidas, mas também a sua inequívoca dignificação como *forum* de todos os instrumentos e regimes internacionais.

O êxito da reconstrução nacional do Afeganistão e o acumular de provas para que lhe seja retirado o labéu de fatal atoleiro de guerras e invasões, pode oferecer uma abertura inesperada ao Irão.

O Irão poderia ter assim um Estado pacífico, ao lado, plural na sua diversidade e que lhe servisse de "transformador" para uma transição geográfica com o Paquistão, predominantemente sunita, ainda frágil[12] face a uma série de assimetrias internas e externas.

Uma civilização multifacetada de carácter euro-asiático que se exprime através do shiismo, como é a do Irão, a mesma civilização integradora de Ciro[13], poderia ter assim muito perto um Estado federal e pacífico como *buffer-zone* que lhe permitisse servir de modelo de tolerância inter-étnica, tabuleiro de influências regionais todas compatíveis entre si e ponto de apoio para uma laicização do Estado em Teerão.

O assassínio, pelo regime Taliban, nos seus últimos tempos de existência, de vários diplomatas iranianos bem como a troca de reféns da *Indian Air Lines*, levada a cabo pelo Governo de Nova Dehli, sem o conhecimento das respectivas autoridades militares, com o fundador da *Jaish e Mohammad*, Masood Azhar, ou de Omara Saeed Sheikh (cérebro do rapto e assassínio de Daniel Pearl) que reaparecem depois no Paquistão, não são do interesse de Teerão.

Teerão tem, portanto, um interesse objectivo em que a fragilidade de certas áreas do sub-continente indiano não se venha a estender ao seu território, nomeadamente tornando impossível o regresso de mais de dois milhões de refugiados afegãos que vem abrigando. Isso passa por um Afeganistão reconstruído, seja pela ajuda de quem for.

É claro que tanto a China, como a Rússia, com os respectivos interesses acautelados, se devem sentir partes inteiras deste processo. Unidos agora pela Organização de Cooperação de Xangai, já fizeram saber que as tropas estrangeiras que se encontram nos centros anti-terroristas do Afeganistão, se devem retirar.

* Diplomata e Auditor do Instituto de Defesa Nacional, presentemente Conselheiro de Investigação do Colégio de Defesa da NATO, em Roma, foi antes Assistente-Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e serviu nas Embaixadas de Portugal em Quinshaza, Viena, Oslo, Pequim e Missão de Portugal Junto dos Organismos da ONU, em Viena. Prepara, igualmente, a sua tese de doutoramento em Ciência Política.

1 Na verdade, antes do retorno do Xá ao Poder, em 1953, com a queda de Mosadegh, o Irão não detinha mais de uma dezena de cientistas nucleares.

2 Vd. www.transparency.org/cpi/2003/cpi2003.en.html, de 22-03-2003.
3 Segundo reportagem da cadeia Al Jazeeera, de 10 de Novembro de 2004.
4 Vd. www.telegraph.co.uk, Robert Gdye, 18 de Novembro de 2004.
5 Vd. www.nti.org/e-research/profiles/Iran/Chemical/2337-2408.html, Marvdasht, 'Chemical Facilities', sumário pelo Montererrey Centre for Nonproliferation Studies.
6 Vd. S.J. Lundin, T. Stock e E. Geissler, SIPRI Yearbook 1992, http://projects.sipri.se/cbw/research/cbw-yb1992-final.pdf.
7 OS EAU permanecem o quarto importador mundial de aramamento, vd. Waffenhaendler profitieren vom 11. September, in Frankfurter Rundscahu, p.1, 11.06.04.
8 Vd. Chalabi turning to politics for survival, in www.newsday.com/news/nationworld/nation/ny-uschal10522,o,3,340595,story?coll, 24-05-04.
9 Vd. www.iranianvoice.org/article5.html Kenneth Timmerman in Iran Cosponsors Al-Qaeda Terrorism.
10 Vd. John Heffernan e Jennifer leaning, Secrets of an Afghan Grave, Int. Herald Tribune, 09-02-04.
11 Segundo o documento do Banco Mundial, Afghanistan - State Building, Sustaining Growth and Reducing Poverty - A Country Economic Report, de 9 de Setembro de 2004, fontes soviéticas calculavam que o Afeganistão dispunha de 5 trilhões de pés cúbicos de gás natural, era capaz de produzir 95 milhões de barris de petróleo e 400 milhões de toneladas de carvão natural, vd. pp.120/123.
12 O Governo indiano desenvolveu uma doutrina de "guerra limitada" (compatível com a dissuasão nuclear regional) e de "hot pursuit" dos independentistas cachemires (quer dizer, por dentro do território paquistanês) podendo evoluir para aquilo que '...should logically be a full-scale conventional war". Tal doutrina apareceu depois da chamada 'guerra do Kargil', entre Maio e Julho de 1999, como o testemunhou, em Janeiro de 2000, um colóquio promovido pelo Institute for Defence Studies and Analysis, de New Dehli, subordinado ao tema "the challenges of a limited war", onde discursaram o Ministro da Defesa George Fernandes, mais optimista e o Chefe de Estado-maior do Exército, General Malik, mais pessimista. A doutrina permanence, apesar do cessar-fogo, decretado ao longo da linha do Cachemira, desde 26 de Novembro de 2003, da declaração comum indo-paquistanesa de 6 de Janeiro de 2004, do primeiro encontro a alto nível entre o Governo indiano e os "independentistas' cachemirs em Hurryat ou da reabertura das ligações directas ferroviárias. Vd. V.K.Sood & Pravin Sawhney Operation Parakram. The War Unfinished, Sage, New Dehli, 2003, p.179.
13 Vd. Ruollah Ramazani in Ideology and Pragmatism in Iran's Foreign Policy, The Middle East Journal, M.E.I., V.58, n4, Outono 2004, pp.549/559.